

APRESENTAÇÃO

Desaparecimento e mutação do mundo conhecido. Abordagens identitárias, pós-coloniais e ecocríticas

Certamente mais do que noutras épocas, as nossas sociedades tomaram plena consciência da possibilidade concreta do desaparecimento ou da simples mutação. Percebem-se mutáveis, mesmo que lhes custe admiti-lo e lhes falte algum recuo para pensá-lo, o que Paul Valéry traduzia no contexto do seu tempo por *We later civilizations . . . we too know that we are mortal*.

Com efeito, a uma percepção estável e imutável das coisas, fundada numa ontologia fixa, foram-se historicamente opondo abordagens dinâmicas do curso da História. Pense-se na conceção heraclitiana da perpétua mudança e da renovação do cosmos, retomada por Camões no célebre *Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*. Ou ainda na desconfiança em relação à metafísica ocidental de que Édouard Glissant é, mais perto de nós, o teórico herdeiro ao desenvolver o conceito operatório de “caos-mundo” (Glissant 1997) ou de “Poética da Relação” (Glissant 1990), reinterpretado ultimamente a partir da leitura das complexidades do contemporâneo proposta por Dominique Viart (2019), nomeadamente ao cruzar esse mesmo conceito com o de *inseparado* lançado por Dominique Quessada (2013).

De igual modo, a tensão messiânica judaico-cristã, ao introduzir na narrativa escatológica a esperança numa nova terra, numa terra prometida, ativou a percepção da mutação necessária, e inclusive desejável, do mundo, revezada pela modernidade, quando hipostasia, nas suas várias meta-narrativas, as categorias da revolução e do progresso (Lyotard 1979).

Na verdade, a História, trágica porque inacabada, não deixou de ilustrar essa dinâmica de mutação dos impérios, dos povos e das nações de que resulta forçosamente, conforme os lugares e as circunstâncias, o desaparecimento do mundo conhecido. Este traduziu-se historicamente pela sucessão das potências, o encadeamento das grandes religiões e espiritualidades, as empresas evangelizadora e islamizadora, a consolidação das colonizações consecutivas a partir dos Descobrimentos, a complexidade e a interconexão do tráfico de escravos e comércio triangular.

Com efeito, dele sempre resultaram migrações, alterações de fronteiras, conversões mais ou menos forçadas, desenraizamentos culturais, perdas de referências identitárias e de habitats. Neste sentido, toda a preocupação com a preservação e a perpetuação de um qualquer mundo esbarra com dinâmicas que votam esse mundo ao desaparecimento, ou à mutação radical. Para nos convenceremos disso, bastará projetarmo-nos na história do Magrebe, das Américas ou, mais recentemente, da Europa pós-comunista.

Se o dinamismo histórico induz reações ideológicas e reticências sociais extremas e opostas, como se observam na Europa de hoje, as quais vão da multiculturalidade assumida à reivindicação identitária nacionalista, ou do sentimento nostálgico em relação a certezas e referências desmornadas, e de que o fenómeno de “Ostalgia” (Ahbe 2005), ou a vivência traumática pós-memorial (Hirsch 2008) são exemplos, também motivou e mobilizou abordagens teóricas do fenómeno literário que, a partir dos Estudos pós-coloniais (Bhabha 2007; Amar 2008), dos Estudos decoloniais (Mignolo 2013), dos Estudos Culturais (Baetens 2003; Engel 2008), dos Estudos de Área e atlânticos (Gilroy 1993; Schäfer 2010) à Ecocrítica (Barry 2009), descrevem as complexidades do mundo atual a partir de um prisma móvel, global e problematizador (Damrosch 2003).

Contudo, o desaparecimento e a mutação do mundo conhecido envolvem igualmente outras questões e fenómenos contemporâneos como sejam a migração digital (Doueiri 2013) e a mudança estrutural da esfera pública e política provocada pelo recurso aos meios digitais (Han 2021). Inscrevem-se também no desmantelamento do proletariado (Ellul 1982), da classe média (Gaggi e Narduzzi 2006) e de certos ofícios em benefício de novas profissões, bem como na irreconhecibilidade de certos bairros das cidades-mundo (Sassen 1991), redefinidos enquanto lugares de mestiçagem, de criouliização, de cosmopolitismo, ou de uma nova aculturação do *autóctone* face ao contexto diversitário.

Assim, no âmbito deste número, Ana Luísa Martins discute a “temporalidade oceânica” no romance *O Jardim sem Limites* de Lídia Jorge, e como este reflete o fim da História, enquanto J. Carlos Teixeira analisa a nova geração de poetas judeus e a sua relação com o Holocausto, e José Domingues de Almeida descreve a partir de dois romances contemporâneos de língua francesa a transformação identitária e cultural radical de duas cidades cosmopolitas (Paris e Bruxelas) sob o efeito dos fluxos migratórios. Já noutra perspetiva, Janaina Jenifer de Sales compara a representação da natureza em poemas de Manoel de Barros e Charles Baudelaire, ao passo que Attila Huszar explora o conceito de dispêndio e equipartição de energia na literatura.

É certo que os contributos críticos mobilizados para este debate permanecem modestos e convidam a uma reflexão futura mais ampla, até porque as temáticas convocadas se inserem num processo multifacetado complexo em curso. Contudo, não deixam de apontar exemplos e pistas significativos e reveladores do mundo mutante que construímos e nos interpela.

Fátima Outeirinho
José Domingues de Almeida